



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP  
24 e 25 de setembro de 2008**

**Ata - 15ª Reunião Ordinária**

Às 14:30 h do dia 24 de setembro de 2008, no Edifício do Cenaflor, em Brasília, Capital Federal, deu-se início à 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Rezende de Azevedo, organizada e secretariada pela Chefe de Divisão do Serviço Florestal Brasileiro, Cláudia Couto.

**1. Abertura**

**Tasso Azevedo**(SFB), abriu a reunião, solicitou que os conselheiros e observadores se apresentassem, deu informes gerais sobre cada tema de pauta a ser tratado informando que a previsão de término da reunião será às 13h00 do dia 25 de forma a permitir a discussão do grupo que estará reunido para discutir a proposta de Decreto da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário. Tasso apresentou a agenda de trabalhos e comentou sobre a ata da 14ª Reunião da CGFLOP informando que sugestões de modificação seriam recebidas até o final da reunião tendo, posteriormente, sua aprovação.

**Rubens Gomes (FBOMS)** parabenizou a inclusão do tema da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário.

A seguir Tasso fez esclarecimentos sobre os informes dos processos de concessão em andamento e informou que a assinatura dos primeiros contratos de concessão florestal ocorrerá no dia 30 de setembro. O Processo de concessão da Floresta Nacional do Jamari/RO foi homologado e adjudicado, o que permite a assinatura dos contratos. Na oportunidade da solenidade de assinatura dos três contratos referente às três áreas da Flona Jamari ocorrerá também a assinatura do compromisso da Caixa Econômica Federal para que todas as obras financiadas pela Caixa e as próprias obras da Caixa Econômica Federal, deverão utilizar madeira de manejo ou de reflorestamento, agora, a origem não é só ser legal, mas, além de ser proveniente de manejo e/ou de reflorestamento haverá checagem de origem. Será assinado, ainda, o compromisso de que para cada hectare de manejo em concessão tenha um hectare de manejo em área comunitária, para tanto, será lançado o edital para contratação do inventário e o plano de manejo para o assentamento florestal do Jequitibá, que é o primeiro assentamento florestal no Brasil a receber o plano de manejo.

Tasso abriu para comentários e como não ocorreram passou para o informe sobre o processo de concessão na Flona de Saracá-Taquera. Relembrou o grande debate já feito sobre a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, por envolver uma série de realidades dentro dela, que são: a área de mineração, uma área de demanda para território quilombola, e os processos de manejo florestal, faz também vizinhança com uma REBIO, tendo, portanto, todo um contexto bem peculiar, que reúne várias realidades na mesma região.

Inicialmente foram dadas opções de 4 unidades de manejo para concessão o que perfazia cerca 50% da área da Flona. Durante o processo de consulta pública realizado, ocorreram audiências públicas e um trabalho de campo bem específico para identificação de potenciais cruzamentos de áreas de uso comunitário com áreas da unidade de manejo. Constatou-se que havia sobreposição entre a proposta da Unidade de Manejo Florestal número 1 e a área de pretensão para virar área quilombola. Tasso, então lembrou que em nossa última reunião da CGFLOP demos o encaminhamento principal de que sobre a Unidade de Manejo Florestal número 1 seria feita nova consulta com a comunidade quilombola na região para colocar a proposição de manter a área 1 com a distinção de que a área sobreposta permaneceria sem autorização de exploração até que o INCRA findasse o processo de demarcação o que permitiria uso exclusivo da comunidade na área demarcada. Diante das modificações necessárias deverá ser feito redesenho das áreas a serem concedidas de forma a atender o exposto no PAOF de

que tenha uma área grande, uma média e uma pequena, sendo a grande superior a 40 mil hectares, a média entre 20 e 40 mil hectares e a pequena com menos de 20 mil hectares. Tasso reforçou que o redesenho é uma etapa bastante trabalhosa do processo do edital e que todos os estudos e cuidados devem ser tomados para que não haja conflito com áreas comunitárias.

**Ricardo Melamed (MCT)** questionou o por que de sua proposta na reunião anterior de excluir da área grande (136 mil há) a parte prejudicada apenas e ainda se teria uma área – considerada - grande a ser licitada.

**Tasso (SFB)** esclareceu que a decisão, inclusive discutida in loco com a comunidade é que não entra neste momento, a Unidade de Manejo Florestal número 1 e que o novo desenho deverá incluir a Unidade de Manejo Florestal número 1 no sul da área, para poder atender os 40 mil hectares e manter apenas um concessionário lidando com o minerador.

**Rubens Gomes (FBOMS)** Ponderou dizendo que a proposta de alteração das áreas não solucionará o problema das comunidades quilombolas que é o problema maior e então pergunta se em 3 meses é possível – unindo forças do Serviço Florestal Brasileiro e o INCRA – a resolução da pendência.

**Tasso (SFB)** colocou que será necessário um ano.

**Débora Guimarães (INCRA)** esclareceu a necessidade de tempo para que os laudos de pesquisa de históricos de comunidades quilombolas sejam concluídos dada a complexidade do assunto.

**Rubens Gomes (FBOMS)** compreendeu a ansiedade dos representantes das comunidades quanto à definição da área porém, solicita esclarecimentos sobre como trabalhar a relação entre a definição da área e os “caboclos” dada a necessidade de garantir o direito de ir e vir das famílias e o acesso aos recursos tradicionais nas áreas de amortecimento.

**Tasso (SFB)** disse que não há muito impacto porque a área é dentro de uma flona e, na flona, a área que a família utiliza é a área de subsistência. O contato com a reserva extrativista necessita de autorização para uso dos recursos conforme regramento no plano de manejo. A necessidade atual é de se fazer a revisão do plano de manejo e redefinição da zona populacional. Independentemente do processo de concessão a comunidade continuará tendo os acessos atuais.

**Fernando Castanheira (CNI)** expressou tristeza pela retirada de 64% de uma área. Registra que a experiência de Saracá deverá deixar a lição para estudos futuros e que parte da área 1 já era área de amortecimento por ser área de expansão da mineração para futuros platôs. Disse ainda que se for esperar a resolução este conflito, certamente o processo se estenderá. Objetivamente, propõe a negociação de parte da área.

**Vilmar Locatelli (FBOMS)** confirmou a posição geográfica das comunidades durante as audiências realizadas, o que credibilizou a consulta “in loco”.

**Ricardo Melamed (MCT)** disse que a inviabilidade do lote 1 é por não ter a área grande necessária e não pela retirada de 64% proposto.

**Ana Chagas (ICMBio)** esclareceu que pelo fato da área crítica estar em área de platô toda a drenagem ocorre pelo local crítico sendo mais um motivo do porque a redução da área é um complicante.

**Paulo Brandão (MD)** Opinou para que haja aproveitamento parcial da UMF 1 para não inviabilizar o processo de concessão por até um ano.

**Rubens Gomes (FBOMS)** ressaltou a importância e responsabilidade do Brasil em ter posições definitivas diante de acordos internacionais no que se refere à diminuição do desmatamento e redução de emissões além, é claro da necessidade de gerar riquezas e bem estar à sociedade. Concorde que o processo de Saracá é um aprendizado para todos e convocou a Comissão para construção de novo arranjo em acordo com a comunidade local, Ministério Público e INCRA.

**Tasso (SFB)** esclareceu que desde o início do processo de concessão ser iniciado, ocorreram reuniões com o Conselho Consultivo da Flona, no qual a ARQMO é membro, portanto em todas as etapas foram realizadas a contento e que a questão quilombola que está deixando o processo em suspenso é

resultante de processos legislativos. Propôs, então, com o apoio da Comissão, a definição de três novas áreas “A”, “B” e “C” em acordo com a comunidade local, distâncias necessárias e etc.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** concordou com a posição do Comandante Paulo Brandão para que não haja interrupção do processo. Ressaltou, ainda que os funcionários que atuam em projetos de manejo florestal percebem salários dignos, benefícios sociais e, por vezes, obtêm renda superior à renda de funcionários urbanos.

**Fernando Castanheira (CNI)** reforçou a posição de se manter pelo menos parte da área proposta na UMF 1.

**Tasso (SFB)** propôs encaminhamento: retirar as linhas propostas e redesenhar a área da flona dividindo-a em três unidades de manejo florestal. Explicou que com a contratação para realização dos laudos antropológicos – a ser iniciada no prazo de uma semana – terão em breve mais subsídios sobre a área e solicitou ao Rubens Gomes organização de agenda para discussão da nova proposta.

**Jorge Yared (SBPC)** demonstrou satisfação por ter a questão social do processo de concessão ganhado um olhar mais atento. Disse que na região Amazônica não podemos errar nesse processo e é preciso pensar fortemente em políticas de infra-estrutura e de oportunidades para as comunidades.

### **Tema de Pauta: Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**

**Tasso (SFB)** contextualizou o tema lembrando que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF foi criado pela Lei que trata da gestão de florestas públicas sendo a regulamentação e o regimento as próximas etapas a serem construídas. Os recursos provenientes dos processos de concessão serão geridos pelo FNDF, daí a necessidade de sua constituição uma vez que os contratos de Jamari estão assinados.

Tasso convoca o gerente Marco Conde para fazer a apresentação do tema.

**Marco Conde (SFB)** sintetizou os pontos contidos na proposta e informou que já estão contempladas as contribuições provenientes da consulta pública e sugeriu acompanhamento da minuta do Decreto disponibilizada para iniciar a discussão.

Após debate e contribuições a proposta do Decreto foi encerrada da seguinte forma:

#### **Minuta de Decreto - Versão 3.1** **Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF**

Regulamenta no âmbito federal o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF

*Art. 1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, criado pela Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, tem por finalidade fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.*

*§ 1. Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:*

- I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;*
- II - assistência técnica e extensão florestal;*
- III - recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;*
- IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;*
- V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;*
- VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;*
- VII - educação ambiental;*
- VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.*

*§ 2. Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos.*

§ 3. A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 4. O FNDF é de natureza contábil e será gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, na qualidade de órgão gestor federal.

Art. 2. Constituem recursos do FNDF:

- I - a arrecadação obtida dos preços das concessões florestais localizadas em áreas de domínio da União, conforme disposto nas alíneas "c" do inciso II do caput e na alínea "d" do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 da Lei no 11.284, de 2006;
- II - doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- III - a reversão dos saldos anuais não aplicados; e
- IV - outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinados, incluindo orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

Art. 3. Os planos anuais de aplicação regionalizada, atendendo ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei no 11.284, de 2006, deverão conter:

- I - informações sobre a carteira de projetos em execução, o volume de recursos já contratado e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;
- II - indicação de áreas, temas e regiões prioritários para aplicação; e
- III - indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e volume de recursos.

§ 1. Os planos anuais de aplicação regionalizada serão elaborados pelo Serviço Florestal Brasileiro, submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF e publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 2. O FNDF publicará relatórios anuais sobre a execução das aplicações, a serem submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF até a data de 30 de março de cada ano, que comporão o relatório anual de gestão de florestas públicas, previsto pelo § 2º do art. 53 da Lei 11.284 de 2006.

§ 3. Os planos anuais de aplicação regionalizada considerarão a aplicação de recursos nos diversos biomas brasileiros.

§ 4. Exceto quando previsto nos planos anuais de aplicação regionalizada, as transferências voluntárias de recursos serão sempre precedidas por chamadas para apresentação de projetos, com ampla divulgação na rede mundial de computadores - Internet, com veiculação das seguintes informações:

- I - sua finalidade e referência ao plano anual de aplicação regionalizada;
- II - as etapas do processo de seleção de projetos, suas principais datas e prazos;
- III - o montante de recursos disponíveis e os limites de valores para apoio aos projetos e respectivas contrapartidas, quando houver;
- IV - as modalidades de apoio e os instrumentos disponíveis para contratação dos projetos;
- V - as instituições elegíveis;
- VI - a documentação necessária para participação da chamada; e
- VII - outras informações pertinentes ao processo seletivo.

Art. 4. A aplicação dos recursos do FNDF junto às instituições beneficiárias poderá se dar:

- I - pela contratação para fornecimento de produtos e serviços;
- II - pela transferência voluntária de recursos às instituições beneficiárias; e
- III - outras formas previstas em lei.

Art. 5. O Conselho Consultivo do FNDF, de que trata o § 2º do art. 41 da Lei no 11.284, de 2006, tem por função opinar sobre a distribuição dos recursos e avaliar sua aplicação, exercendo as seguintes atribuições:

- I - apreciar os planos anuais de aplicação regionalizada;
- II - apreciar os relatórios dos planos de aplicação anual regionalizada;
- III - discutir sobre o seu Regimento Interno e suas alterações; e
- IV - acompanhar o andamento das atividades do FNDF.

§ 1. O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e extraordinariamente mediante convocação de seu presidente.

§ 2. O Regimento Interno do Conselho Consultivo será estabelecido por Resolução do Serviço Florestal Brasileiro.

§ 3. O Serviço Florestal Brasileiro atuará como Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do FNDF.

Art. 6. O Conselho Consultivo do FNDF será composto por um representante do Serviço Florestal Brasileiro, que o presidirá, e por mais dez membros, indicados pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CG-FLOP, criada pelo Decreto no 5.795 de 5 de junho de 2006, observando-se o disposto no § 3º do art. 41 da Lei no 11.284, de 2006, sendo:

I - pelos entes federativos:

- a) um representante do Ministério do Meio Ambiente ou suas entidades vinculadas;
- b) dois representantes de outros Ministérios com representação na CGFLOP;
- c) um representante dos estados federados;
- d) um representante dos municípios.

II - pela sociedade civil:

- a) um representante de organizações não governamentais ambientalistas;
- b) um representante dos movimentos sociais;
- c) um representante dos trabalhadores;
- d) um representante da academia; e
- e) um representante do setor empresarial.

Parágrafo único - O presidente do Conselho Consultivo terá voto de desempate.

Art. 7. Os membros do Conselho Consultivo do FNDF serão nomeados pelo Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro e cumprirão mandato de até dois anos, renováveis por iguais períodos.

Art. 8. A participação no Conselho Consultivo do FNDF será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 9. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

## **Informe: Fundo Amazônia**

Na sequência, **Tasso (SFB)** fez apresentação sobre o Fundo Amazônia que transcorreu paralelamente às intervenções.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** fez questionamento: dada a dificuldade de atribuição de valores aos serviços que a floresta presta, os serviços ambientais serão baseados em carbono?

**Tasso (SFB)** esclareceu que a meta é promover a queda contínua e consistente do desmatamento na Amazônia. No Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a ser lançado, haverá metas relacionadas ao desmatamento. Os mecanismos para compensar financeiramente as ações de combate ao desmatamento é que deverão ser criadas. Atualmente, a soma entre todas as ações do PPA 2008-2011 que contribuem para o desmatamento atingem 500 milhões de dólares.

**Rubens Gomes (FBOMS)** questionou se os 500 milhões são de obras do PAC e se este recurso será para implementação de ações produtivas da floresta.

**Tasso (SFB)** disse que este orçamento está no IBAMA, ICMBio, Serviço Florestal, EMBRAPA e Polícia Federal. Há estimativa para atendimento da demanda é de 1 bilhão de dólares e são recursos utilizados para complementação de ações que permitam o controle, o eixo fundiário, o eixo do ordenamento territorial e o eixo fomento.

**Moysés Israel (CNI)** sugeriu investimento do recurso em agentes para atuarem especificamente no manejo florestal dada a demanda reprimida sofrida nos dias atuais.

**Tasso (SFB)** concordou e reafirmou a proposição de criação do Fundo Amazônia por ser um mecanismo para transformar as emissões de redução do desmatamento já realizadas em recursos para financiar a conservação e uso sustentável e é uma proposta de mecanismo que sirva de exemplo para como aplicar na prática a tal discussão do REDD - Redução da Emissão de Desmatamento e Degradação.

**Rubens Gomes (FBOMS)** fez comentários sobre a apresentação na mídia sobre o tema e colocou a preocupação para que o Fundo não restrinja os investimentos para fazer apenas mitigação dos impactos nas grandes obras do Governo (PAC). Afirmou, ainda, que já há inúmeras ações aprendidas descartando a necessidade de projetos pilotos e, como detentores do patrimônio e do conhecimento essa é uma oportunidade ímpar para transformar os 85% de floresta existente.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** questionou sobre a possibilidade de criar, na estrutura do BNDES, um canal direto para atendimento dos projetos.

**Tasso (SFB)** esclareceu que no nosso caso é diferenciado por ser recurso específico para o fim.

#### **Dia 25/09/2008**

#### **Tema de Pauta: Auditorias Florestais**

**Tasso (SFB)** convidou a senhora Maria Tereza do INMETRO, que tem acompanhado todas as nossas discussões, desde a primeira discussão sobre o tema auditorias para fazer a apresentação do tema.

**Maria Tereza (INMETRO)** iniciou falando dos critérios de acreditação dos organismos que vão trabalhar na auditoria florestal independente.

Quanto às normas, deixa claro que independentemente do INMETRO já trabalhar com alguns organismos, para a questão específica de concessões os requisitos e as normas deverão ser baseados nos editais de licitação e nos contratos respectivos.

**Tasso (SFB)** definiu as responsabilidades de cada parte envolvida no processo e passou a palavra para Anna Fanzeres.

**Anna Fanzeres (SFB)** relatou sobre a proposta do manual que auxiliará a leitura da norma; enquanto a norma não incorporar as diretrizes das normas oficiais. Posteriormente, após incorporação das normas, não será mais necessário o uso do manual.

**Tasso (SFB)** acrescentou comentário exemplificando a prática do processo e diferenciando a conformidade da certificação.

Os produtos e serviços explorados na unidade de manejo deverão estar de acordo com os contratos de concessão, por exemplo, no caso de Saracá, colocamos que não poderão explorar seringueira, nem para madeira nem para o látex, por ser de uso exclusivo da comunidade. Caso a empresa concessionária explore a seringueira não está cumprindo o objeto do contrato. Portanto, há a necessidade de maior detalhamento possível. Diferentemente da certificação que apresenta os resultados da conformidade geral de estar ou não certificado – somente abrindo o processo de certificação é que é possível visualizar os pontos que não estão em conformidade. Nos casos da avaliação dos projetos de concessão cada um dos itens serão expostos sendo possível, de imediato, enxergar se há ou não conformidade em cada um dos itens exigidos no edital.

**Fernando Castanheira (CNI)** comentou que as definições colocadas no item “6.5” estão simplórias (Maria Tereza esclarece que já foi mudado) e sugeriu a inclusão do resultado de discussões no CONAMA sobre a IN-5 para complementar o tema. Outro ponto colocado foi sobre os critérios da organização que fará as auditorias em campo e levantou a necessidade/garantia de que haja, no mínimo, um engenheiro florestal para certificar os manejos florestais e que isto poderá ser inserido no anexo “C”, item 2.2.1.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** reforçou a necessidade de que os auditores tenham formação em engenharia florestal atentando, inclusive, para o fato de que a Associação da categoria poderá atuar conjuntamente em

favor desta causa. Conforme a norma internacional que cita a competência, no caso específico de manejo florestal a competência dada pela legislação brasileira é exclusiva dos engenheiros florestais.

**Tasso (SFB)** concluiu que não há polêmica sobre o assunto. Afirma que todas as auditorias terão engenheiro florestal, é só uma questão de como será inserido no documento de uma forma que seja condizente com as normas internacionais credenciamento e que garanta que tenhamos os engenheiros florestais também participando, assim como é.

**Maria Tereza (INMETRO)** esclareceu que não significa que as equipes de auditores sejam compostas 100% por engenheiros florestais. A norma é clara com relação a competência e obviamente tem a competência legal a ser cumprida.

**Rubens Gomes (FBOMS)** levantou dúvida sobre o custo da auditoria. Como trabalhar para que as pequenas empresas caso tenha que proceder a auditoria independente e mais o custo para certificação. Neste sentido, as grandes operações continuarão sendo beneficiadas. Então, como viabilizar um mecanismo de inclusão para que a unidade de manejo (pequena e média) possa ser certificada CFLO, FSC e possa, ainda, ser submetida às exigências do processo de concessão (auditoria independente).

**Maria Tereza (INMETRO)** esclareceu que o que foi posto atende ao edital do Serviço Florestal Brasileiro. Consta no edital que independentemente da certificação, o concessionário terá que realizar auditoria independente. Na prática brasileira são realizadas “auditorias integradas” dado que a mesma equipe auditora fará avaliação em relação ao contrato de concessão e, também, da certificação. Com isso, o custo é reduzido. Pela norma internacional (19.011) o que é necessário é que se tenha competência técnica da equipe independente de nominar as categorias profissionais que realizarão os trabalhos.

**Tasso (SFB)** complementou que está previsto no regulamento que deve haver mecanismos para viabilizar os pequenos e recordou o processo do Jamari que há duas opções: uma onde o concessionário poderá pagar um valor anual e, posteriormente, o valor arrecadado será aplicado para auditoria ou poderá optar por pagar auditoria diretamente. A diferença entre os dois é que no caso de pagar a auditoria, há um custo mínimo para se fazer isso e, até para o médio empreendedor valerá mais a pena pagar diretamente a auditoria. Para o pequeno compensará pagar o valor por hectare, onde o valor final será menor e a auditoria será contratada pelo Serviço Florestal. Este modelo deverá ser adotado no processo de Saracá-Taquera. E, quanto às auditorias em conjunto, por elas serem bastante coincidentes (cerca de 80%), teremos dois relatórios sendo um para certificação e outro para a auditoria e como a maior parte do custo de uma auditoria reside até a fase de avaliação, deverá ser feita distinção dos processos na elaboração dos relatórios. Para que isso se concretize é necessário que a instituição auditora esteja credenciada nos dois sistemas. Outra opção possível é de fazer auditorias conjuntas onde a instituição auditora faz uma parceria com outra instituição que está credenciada no que se busca (ex. orgânico). Há várias soluções para evitar a duplicidade de trabalho e a produção de relatórios distintos é fundamental para o processo uma vez que o que deve constar no relatório de auditoria é bastante distinto do processo de certificação.

**Rubens Gomes (FBOMS)** reafirmou que haverá dois custos independentemente de se fazer de forma conjunta e o custo é o grande entrave para a obtenção da certificação.

**Maria Tereza (INMETRO)** complementou informando que no sistema brasileiro de avaliação da conformidade há uma programa, em parceria do INMETRO com o SEBRAE chamado “bônus certificação” que observa a diminuição de custos.

**Jorge Yared (SBPC)** sugeriu que fosse elaborado estudo sobre viabilidade econômica e capacidade de pagamento para os três tamanhos estabelecidos para concessão.

**Paulo Cezar Brandão (MD)** questionou sobre vários pontos: o que é “estado ativo” nos critérios elencados no item 2.1 da minuta do documento apresentado; se haverá punição sobre volume de exploração superior ou inferior ao autorizado; sobre a dinâmica de desenvolvimento a ser monitorada e assegurada; e, por fim sobre os itens 4.2.4 e 4.2.6 que tratam de exploração ilegal nas UMFs.

**Maria Tereza (INMETRO)** esclareceu primeiramente que se os planos de manejo florestal não estiverem em conformidade com as diretrizes e regras do IBAMA, estará suspenso; Sobre exploração, há que incluir no documento o termo “coincidente ou menor” sendo estes fatores que interessam para o processo. A área explorada jamais deverá ser superior ao volume autorizado;

Quanto a dinâmica de desenvolvimento foi colocado que trata-se da área estabelecida no plano de manejo para unidade de medição da capacidade regenerativa da floresta;

Sobre os itens 4.2.4 e 4.2.6 Maria Tereza esclareceu que são parâmetros exigidos para que o concessionário se encontre adimplente com as diretrizes do Serviço Florestal Brasileiro.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** Colocou a necessidade de se prever punições explícitas para cada caso quando constatadas falhas no processo de manejo.

**Tasso (SFB)** Reforçou que o que gera penalidade está previsto no decreto e na lei.

Quando há descumprimento contratual, há multas a serem aplicadas e até a suspensão do contrato. Para a questão do dano, o IBAMA poderá mover ação cível e, ainda, poderá haver ação criminal.

Tasso concluiu dizendo que o documento apresentado é uma primeira versão e que há possibilidade de inclusões e alterações antes do processo de consulta pública e sugeriu o aprimoramento do tema “aplicação de penalidades” para ser discutido no decorrer de 2009 pela Comissão – CGFLOP.

### **Tema de Pauta: Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário**

Andrea Oncala é convidada a fazer a apresentação do tema e o faz com propriedade.

**Rubens Gomes (FBOMS)** parabenizou a iniciativa e se disse surpreso e feliz pela oportunidade de tratar o assunto e confirmou o próprio compromisso em avançar no processo. Fez também comentário sobre a garantia de fundos para combate ao desmatamento sendo este assunto tratado em Audiência de Mudança do Clima na ONU além da questão do manejo florestal sustentável, reforçou, portanto a pertinência da discussão de instrumentos legais para que haja possibilidade de uso deste patrimônio.

**Fernando Castanheira (CNI)** parabenizou a iniciativa e afirmou que as comunidades serão cada vez mais parceiras e fornecedoras das indústrias. Reforçou que sobre a IN nº5 o IBAMA está trabalhando junto ao CONAMA para tratar o assunto (distinção de tipos de arraste) e reforçou a necessidade de as entidades que trabalham com manejo terem conhecimento específico sobre florestas de forma a promover assistência técnica satisfatória.

**Moysés Israel (CNI)** questionou sobre o cerceamento de atividades com produtos não madeireiros.

**Márcia Muchagata (SFB)** esclareceu que a regulamentação é complexa e tende a cercear a não ser que ocorra uma forte pressão. Além disso, a CONAB está trabalhando na elaboração de um manual de boas práticas que permitirá obter parâmetros de exploração sustentável e regularização da questão de transportes.

**Adalberto Veríssimo (FBOMS)** parabenizou o trabalho apresentado e afirmou o avanço percebido. Demonstrou, também, a curiosidade em ver os desdobramentos da política e comentou a experiência no estado do Pará de que todos os contratos entre empresas e comunidades devem ter uma terceira parte para arbitrar melhor principalmente a questão do preço no intuito de que as relações sejam menos desiguais. Outro ponto colocado foi a forte participação do INCRA no estado mas não apresenta capacidade técnica satisfatória por trabalhar com os parâmetros do PRONAF.

**Claudia Ramos (SFB)** reforçou que um grande gargalo existente para implementação da política é a regularização fundiária e sugeriu que o decreto contemplasse uma fase transitória explícita em relação a este ponto.

**Jorge Yared (SPBC)** perguntou se há garantia de preço mínimo para madeira a ser adotado entre estados e comunidades e solicitou esclarecimentos sobre a IN no tocante ao diâmetro mínimo de corte adotado em 50 centímetros e lembrou que cientificamente há espécies consideradas aptas para corte com diâmetros menores.

**Débora Mabel (INCRA)** fez colocação sobre a norma proposta e reforçou a impressão passada anteriormente de que o INCRA não possui equipe capacitada tampouco habilitada para auxiliar a implementação da norma. Débora sugeriu que a discussão do Decreto no CONAFLOP seja o ambiente mais propício.

**Celso Azevedo (EMBRAPA)** reforçou que a EMBRAPA está discutindo um grande projeto de manejo



florestal e levantou a preocupação sobre a ausência de tecnologia.

**Rubens Gomes (FBOMS)** colocou que o primeiro passo a ser vencido é o da regularização fundiária e reafirmou a necessidade de implementar uma política com novo regramento e definição do envolvimento das comunidades.

**Pedro Bruzzi (CTA/Acre)** expressou sua visão de que o problema é muito maior do que o decreto poderá resolver. Afirmou a necessidade de se ter ações estruturantes sobre a questão e que a implementação seja integrada para obtenção de resultados significativos. Pedro lembrou que a política de ATER existente é “linda” mas permanece no papel.

**Ana Chagas (ICMBio)** avaliou o decreto como muito bom e abrangente, porém disse ser necessário políticas específicas para superação dos gargalos.

**Moysé Israel (CNI)** reafirmou a necessidade de criar atos normativos e de ter preços médios e unidades de medidas para os produtos.

**Ricardo Mastrangelli (CNI)** parabenizou o trabalho realizado e sugeriu a quebra de paradigmas como o aumento da tecnologia a ser disponibilizada revendo a resolução do CONAMA; incentivos para que os latifundiários que mantêm as florestas como reservas de capital que passem a valorizar o processo de manejo florestal e que o princípio da precaução em cascata pode ser prejudicial sendo preciso rever, inclusive, períodos do ciclo de corte.

**Ana Chagas (ICMBio)** esclareceu que no SNUC, o plano de manejo define áreas para uso e para proteção.

**Leonel (MMA)** sobre a normatização de produtos não madeireiros é uma preocupação presente nas discussões desde o início e que deve-se ter o mínimo de qualificação para aquisição e ressalta a questão da escala do manejo comunitário que deve ter normas de acordo com o tamanho da área.

**Tasso (SFB)** concluiu que há acordo com a idéia do Decreto e ainda há muitos ajustes a serem feitos. Agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos afirmando que o grupo conjunto do CONAFLORE e CGFLOP permaneceriam no período da tarde para detalharem a proposta do decreto.

Não tendo outros assuntos para tratar a reunião foi encerrada as 14 hs.

## Anexo 1 – Lista dos Presentes

Reunião dos dias 24 e 25/09/2008

### **MEMBROS:**

	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
01	Tasso Azevedo	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
02	André Arantes Luciano	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG
03	Ricardo Melamed	Ministério a Ciência e Tecnologia - MCT
04	Cmd. Paulo Cezar Garcia Brandão	Ministério da Defesa - MD
05	Afonso Celso Brandão Sá	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC
06	Jorge Yared	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
07	Débora Mabel Nogueira Guimarães	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
08	Fernando Castanheira Neto	Confederação Nacional de Indústrias – CNI
09	Justiniano de Queiroz Neto	Confederação Nacional da Indústria - CNI
10	Moysés Bernarrós Israel	Confederação Nacional da Indústria - CNI
11	Leonardo Martin Sobral	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
12	José Rubens Pereira Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
13	Vilmar Locatelli	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
14	Elvison Nunes Ramos	Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA
15	Paulo Cezar Garcia Brandão	Ministério da Defesa- MD
16	Celso Paulo de Azevedo	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA
17	Ricardo Mastrangelli	Confederação Nacional das Indústrias- CNI
18	Flávio José Martins	Confederação Nacional das Indústrias- CNI
19	Moysés Bernarrós Israel	Confederação Nacional das Indústrias - CNI
20	Pedro Roberto Madruga	Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais - SBEF
21	José Rubens Pereira Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS

**OBSERVADORES:**

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Derick Pantoja Martins	COEMA/FIEPA
2	Mário Moraes	Industrial Comerciante do Amazonas
3	Dione Macedo	Ministério das Minas e Energia - MME
4	Zaira Coelho	Ministério das Minas e Energia - MME
5	José Ivan Mayer de Aquino	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
6	Jayme Cabral	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICM-Bio
7	Marcus Vinicius da Silva Alves	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
8	Paulo Oliveira	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICM-Bio
9	Luiz Carlos Estraviz Rodriguez	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
10	José Mauro Ávila Paz Moreira	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
11	Kátia Gonçalves	DFLOR – Ministério do Meio Ambiente
12	Leonel Graça Generoso Pereira	DFLOR – Ministério do Meio Ambiente
13	Ana Lucia Amador Chagas	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-Bio
14	Viviane Lasmar	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-Bio
15	Margarete Rebouças	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão- MPOG
16	Marco Conde	Serviço Florestal Brasileiro- SFB
17	Marcelo Pedroni	Serviço Florestal Brasileiro- SFB
18	Rômulo Santiago	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC
19	Mariana Balieiro	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará- IDEFLOR
20	Claudia Ramos	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
21	José Natalino Silva	Serviço Florestal Brasileiro- SFB
22	Maria Teresa Rodrigues Resende	Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO
23	Anna Fanzeres	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
24	Maurício Voivodic	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS

25	Luiz Carlos Joels	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
26	Fernando Bemergoy	ABEAS
27	Bruno Martinelli	Conselho de Manejo Florestal - FSCBR
28	Jefferson Amaro	Serviço Florestal Brasileiro- SFB
29	Pedro Bruzzi	Conselho Técnico Administrativo – CTA
30	Márcia Muchagata	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
31	Andréia Oncala	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
32	Fernando Scardua	Departamento de Floresta – DFOR/MMA